

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC TARCISO ABRANCHES DE ALBUQUERQUE

A MARINHA NACIONAL FRANCESA NA GUERRA DA BÓSNIA:

O emprego do Poder Naval em apoio à política externa por meio da Diplomacia das

Canhoneiras

Rio de Janeiro

2018

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2018

A MARINHA NACIONAL FRANCESA NA GUERRA DA BÓSNIA:

O emprego do Poder Naval em apoio à política externa por meio da Diplomacia das

Canhoneiras

Rio de Janeiro

2018

CEMOS 2018

A MARINHA NACIONAL FRANCESA NA GUERRA DA BÓSNIA:

O emprego do Poder Naval em apoio à política externa por meio da Diplomacia das
Canhoneiras

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CMG (RM1) JUNGSTEDT

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz Gonzaga Cavalcanti de Albuquerque e Valeria Abranches de Albuquerque, por serem a base sólida que me sustentou e nutriu, sobretudo com amor e sabedoria, e a agulha a me indicar o Norte verdadeiro da correção de atitudes, da justiça e da dedicação. O seu exemplo inspirou este trabalho.

Também dedico este trabalho à Fragata Constituição, e a todos os nobres marinheiros com quem tive a honra e o privilégio de compartilhar seus conveses, que me ensinaram a enfrentar as situações mais adversas com alegria e camaradagem. Ao elo que nos une... Ao URSO!

AGRADECIMENTOS

Aos CC Artur Roberto Quirino da Silva, CC Felipe Otávio Jácome Gurgel, e CF André Arandy Corrêa de Souza, pela amizade sincera e pela generosidade, que certamente contribuíram para aliviar a árdua tarefa da iniciação científica.

À CC (FRA) Sophie Sacci pela valiosa ajuda na busca de fontes e na revisão dos aspectos deste trabalho relativos à sua terra natal e à sua Marinha, que contribuíram sobremaneira para o enriquecimento deste trabalho.

Ao meu irmão Társio Abranches de Albuquerque pela impecável revisão deste trabalho, sempre com observações pertinentes que em muito melhoraram as qualidades deste texto.

Ao CMG (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt, pela orientação precisa e atenção dispensada, que proporcionou sugestões de grande relevância para o aprimoramento desta pesquisa.

RESUMO

O processo de independência das repúblicas que formavam a ex-Iugoslávia exacerbou as tensões étnicas no interior dos Estados recém-criados, levando à Guerra da Bósnia (1991-1995). Esse conflito provocou uma grave crise humanitária fazendo com que a comunidade internacional interviesse, por meio de organismos internacionais. A França contribuiu para a intervenção com meios militares, inclusive com sua Marinha. Dessa forma, de modo a ilustrar o emprego do Poder Naval em apoio à política externa de um Estado, efetuamos uma descrição do emprego da Marinha Nacional Francesa (MNF) na Guerra da Bósnia, de acordo com os objetivos da política externa francesa, por meio da Diplomacia das Canhoneiras, conforme enunciada pelo diplomata britânico James Cable (1920-2001), relacionando-os com os objetivos identificados a partir da análise da política externa francesa para a região dos Balcãs, durante o conflito. Concluimos que o emprego do instrumento naval limitado contribuiu para a política externa francesa, realizando ações de presença, humanitárias, participando de operações de bloqueio e interdição aérea, e apoiando as tropas da ONU, expressaram um sinal coerente com os objetivos de afirmação da França como potência mundial, de neutralidade em relação às partes em conflito na Bósnia, de predominância das ações humanitárias, induzindo as partes beligerantes à negociação, dando início ao processo de estabilização do espaço de segurança europeu, e, conseqüentemente, de alívio da crise humanitária associada ao conflito.

Palavras-chave: crise política externa; sinal; potência global; ações humanitárias; e coerção.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A DIPLOMACIA DAS CANHONEIRAS	8
3 A GUERRA DA BÓSNIA.....	15
4 A POLÍTICA EXTERNA FRANCESA	27
5 A MARINHA NACIONAL FRANCESA NA GUERRA DA BÓSNIA.....	35
6 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS -	49

1 INTRODUÇÃO

Por ocasião da dissolução da ex-Iugoslávia, a exacerbação das tensões étnicas e do nacionalismo degeneraram em um conflito armado que gerou uma grave crise humanitária, bem como um foco de instabilidade política e insegurança internacional. Esse estado de conflito na região dos Balcãs levou membros da comunidade internacional a intervirem, através de organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União da Europa Ocidental (UEO)¹. Dentre os Estados que contribuíram para o esforço destas organizações para a estabilização da região dos Balcãs encontrava-se a França, cujos recursos militares empregados sob a égide destas organizações incluíram aqueles componentes do seu Poder Naval, aplicados de acordo com a sua política externa.

O propósito desta dissertação é verificar, por meio dos pressupostos da Diplomacia das Canhoneiras de que maneira o emprego do Poder Naval pela França na Guerra da Bósnia, entre 1991 e 1995, contribuiu para a consecução dos objetivos da sua política externa, a fim de ilustrar as possibilidades de emprego de uma Marinha como instrumento de política externa de um Estado.

Para atingirmos este objetivo primeiramente faremos uma breve apresentação sobre os pressupostos da Diplomacia das Canhoneiras, os quais servirão de embasamento teórico para o presente trabalho.

¹ A UEO foi criada pelo Tratado de Colaboração Econômica, Social e Cultural e Auto-defesa Coletiva, assinado em Bruxelas, em 17 de março de 1948 por Bélgica, França Holanda, Luxemburgo e Reino Unido (Tratado de Bruxelas). Foi extinta em 30 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.weu.int/>. Acesso em 29 de julho de 2018.

No terceiro capítulo, faremos uma descrição da evolução da situação política dos Balcãs até a dissolução da ex-Iugoslávia e os conflitos decorrentes da fragmentação deste Estado, entre 1991 e 1995.

No quarto capítulo, procuraremos identificar os objetivos da política externa da França relacionados com dissolução da ex-Iugoslávia que levaram o governo francês a tomar parte na intervenção no conflito em estudo com o seu aparato militar, sobretudo com sua Marinha.

No quinto capítulo, faremos uma descrição do emprego do Poder Naval francês na Bósnia em relação aos objetivos da sua política externa a partir dos pressupostos da Diplomacia das Canhoneiras.

No sexto e último capítulo, apresentaremos as conclusões da pesquisa e assim demonstrar a contribuição do emprego do Poder Naval pela França na Guerra da Bósnia para a sua política externa.

2 A DIPLOMACIA DAS CANHONEIRAS

Neste Capítulo faremos uma breve explanação sobre a aplicação do Poder Naval em apoio à política externa de um Estado a partir dos pressupostos da Diplomacia das Canhoneiras, conforme definida pelo diplomata britânico James Cable (1920-2001), por meio da qual observaremos o objeto de estudo do presente trabalho.

Procuraremos descrever como a moldura técnica, jurídica e política que conforma as relações entre os Estados na atualidade, e seus reflexos na segurança internacional, vem oferecer ameaças e oportunidades que demandarão uma maior participação da aplicação dos recursos de defesa dos Estados, em especial das Marinhas, em apoio à política externa, chegando às definições de Diplomacia das Canhoneiras e de força naval limitada e às tipologias do emprego de uma força naval limitada.

De acordo com Coutau-Bégarie (2010) observa-se que, na atualidade, a distinção entre os estados de guerra e paz encontra-se cada vez mais indefinida, passando por um espectro de variações entre um estado e outro. Isso se deve basicamente a três fatores sendo o primeiro deles jurídico, com a renúncia dos Estados ao direito à guerra pela adesão à Carta das Nações Unidas, a qual admite apenas a legítima defesa. Assim sendo, verifica-se que apesar de continuar havendo conflitos armados, não há uma declaração formal de guerra entre as partes, uma das quais, na maior parte das vezes, sequer vem a ser um ator estatal.

No plano político, verifica-se uma sucessão de estados intermediários entre a paz e a guerra para os quais já houve diversas denominações no decorrer da história, e que atualmente são resumidos pelo termo crise, segundo o pensamento estratégico contemporâneo (COUTAU-BÉGARIE, 2010), que permite uma ampla gama de possibilidades de emprego ou não da força isoladamente ou em conjunto com recursos políticos, diplomáticos econômicos, entre outros.

Finalmente, o aspecto técnico, decorrente do advento da arma nuclear, pois uma vez que seu emprego deliberado por parte das potências que dispõem desta capacidade poderá levar a consequências catastróficas em escala planetária, este se torna, portanto, impensável. No entanto, tal impossibilidade no nível nuclear suscita em contrapartida uma instabilidade no nível convencional, acarretando uma proliferação de conflitos desta natureza (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Acrescente-se a isto o fato de que, com o término da Guerra Fria (1947-1991), as ameaças à segurança internacional tornaram-se mais difusas e que, com a maior interdependência ocasionada pelo avanço da globalização, passam a ter um alcance cada vez mais global.

Assim sendo, os Estados têm vivenciado uma demanda cada vez maior pelo emprego dos recursos de suas forças armadas para atuar em tarefas não tipicamente militares, com uma crescente atuação em assuntos civis, em apoio à política externa dos Estados, combinando uma lógica de influência, típica da diplomacia, com a lógica de força característica da estratégia (COUTAU-BÉGARIE, 2010), seja em colaboração para a segurança internacional, com foco na atuação sob a égide de organizações internacionais, ou com a prevenção de ameaças mais diretamente relacionadas aos seus interesses particulares.

Dentre os recursos disponíveis aos Estados em seu aparato de defesa para o apoio à política externa, destacam-se as Marinhas, que desde há muito tempo têm dentre as suas missões a de “mostrar a bandeira”. Das características que distinguem as Marinhas nessa tarefa, destaca-se a capacidade de permanência, que dificilmente poderia ser obtida com a arma aérea, a despeito de sua capacidade de se deslocar a grandes distâncias em pouco tempo, possibilitando uma pronta resposta em um cenário afastado geograficamente (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A mobilidade do poder aéreo é limitada por restrições devido à necessidade de acordos políticos para garantir sobrevoo em espaço aéreo de interesse e também para o

estabelecimento de bases avançadas. Nesse sentido o Poder Naval pode beneficiar-se da liberdade do alto mar, para se posicionar na melhor distância da região que se deseja influenciar, sendo que a capacidade de assegurar o controle efetivo de uma população e seu território somente pode ser atingida com o posicionamento de tropas em terra (COUTAUBÉGARIE, 2010).

Portanto verifica-se que, apesar das características intrínsecas ao Poder Naval, a complexidade atual dos acontecimentos para os quais este é chamado a dar a sua contribuição, seja em conflitos econômicos, disputas sobre a delimitação das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE), dentre outros, exige que o seu emprego seja pensado em conjunto com as demais Forças, a fim de que o instrumento naval possa manifestar sua presença e enviar sinais de forma a efetivamente exercer a influência desejada em um determinado evento (COUTAUBÉGARIE, 2010).

Segundo Booth (1977), naquilo que diz respeito ao emprego do Poder Naval em apoio à política externa, o efeito psicológico que se deseja obter com uma determinada campanha naval é mais efetivamente alcançado pelo sinal endereçado decorrente de sua própria mobilização do que pelo uso da força.

De forma a melhor entender a relação entre o Poder Naval e a política externa que ocorre de forma múltipla e complexa, e assim descrever e analisar este fenômeno, partiremos do conceito de Diplomacia das Canhoneiras. Apesar dessa denominação remeter a uma conotação pejorativa do emprego da força para imposição da vontade de uma potência mais forte sobre a parte mais fraca, utilização que se encontra atualmente em desuso, consideramos que esta denominação seja suficiente para englobar o problema da aplicação do Poder Naval com a finalidade de contribuir para os objetivos da política externa.

A Diplomacia da Canhoneira é, portanto, definida da seguinte forma:

A diplomacia da Canhoneira caracteriza-se pelo emprego ou ameaça de emprego de uma força naval limitada que não seja um ato de guerra, visando a proteger um bem ou evitar uma perda, seja no quadro de uma disputa

internacional, seja contra os nacionais de um Estado terceiro em seu próprio território (Cable, 1981, p. 21, tradução nossa)².

Nessa definição encontra-se destacada a característica principal do fenômeno em estudo: a interação entre a força e a influência. A persuasão e o convencimento trabalhados pela diplomacia, que normalmente se refere ao emprego da força de forma indireta ou velada, passam a ter aqui o apoio deste recurso de forma ostensiva, permitindo assumir uma postura coercitiva, fazendo a transição para a estratégia quando esta for necessária, de maneira oportuna (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Para tal, faz-se necessário destacar o conceito de força naval limitada que, tal como nos relata Cable (1979), necessita satisfazer quatro critérios a fim de ser caracterizada objetivamente como limitada, sendo o primeiro deles o de que esta força deve possuir um propósito definido e que este seja de conhecimento de ambas as partes.

Um segundo critério diz respeito ao fato de a força empregada não apenas ser reconhecida como limitada a um propósito definido pela parte, que está sendo alvo de sua aplicação, como também deve ser considerada como tolerável por essa. Isto implica em não provocar uma resistência ilimitada por parte daquele sobre quem se busca exercer uma influência, que possa levar a uma escalada indesejável da situação. Para tal o balanceamento dos meios empregados e a postura operacional dessa força deve também atender a um terceiro critério, que é o de que estas forças devem ser consideradas por ambos os lados como capazes de atingir o propósito definido (CABLE, 1979).

Além disso, como quarto e último critério, para que uma força seja considerada genuinamente limitada, esta deve ser a mínima necessária para se atingir o objetivo. Neste ponto é necessário efetuar uma distinção entre força e violência, esta aqui relacionada com a imposição efetiva de danos e perdas decorrentes da aplicação da força. Portanto, caso os

² Gunboat diplomacy is the use or threat of limited naval force, otherwise than as an act of war, in order to secure advantage, or to avert loss, either in the furtherance of an international dispute or else against foreign nationals within the territory or the jurisdiction of their own state.

danos infligidos àquele sobre o qual se aplica a força forem percebidos como desproporcionais, poderá ser causada uma reação tanto racional como emocional em favor da resistência por parte da vítima, bem como sugerir a existência de intenções hostis não reveladas, além dos objetivos limitados e imediatos anteriormente acordados, mesmo que de forma tácita, perdendo, assim, o seu caráter limitado (CABLE, 1979).

Logo, ao se optar pelo emprego de uma força naval limitada, a fim de se deixar claro para a parte sobre a qual será exercida a força de seu caráter limitado, deve-se ter a noção de que se incorrerá em riscos os quais não são normalmente assumidos em uma operação tipicamente militar, possivelmente sendo necessário aceitar a tomada de iniciativa da parte do alvo do emprego da força, e mesmo não responder a algum ataque recebido. É, portanto, necessário ao se dimensionar a força e sua postura quanto ao nível de violência aplicado para a consecução do objetivo estabelecido, avaliar a relação entre o nível de perdas considerado aceitável e a capacidade de assumir uma possível escalada do nível de hostilidades (CABLE, 1979).

Seria o ideal nesses casos uma combinação do máximo de força, de maneira que, aquele a quem está endereçada, a perceba como de difícil resistência, com um mínimo de violência, de forma que a percepção dos danos sofridos não resulte na sensação de ameaça à própria sobrevivência, o que nem sempre é possível, uma vez que são variáveis difíceis de parametrizar através de critérios objetivos aceitos por ambas as partes. O máximo que se pode propor de uma forma mais genérica para se manter o caráter limitado da força empregada é confinar a aplicação da violência ao momento e ao local onde ocorre uma determinada operação. Nesses casos a habilidade em aplicar a força apropriada ao problema em questão importará mais que o poder potencial disponível para a aplicação (CABLE, 1979).

Assim sendo veremos as quatro categorias de emprego de uma força naval limitada: a definitiva, a propositiva, a catalítica e a expressiva (CABLE, 1979).

Diz-se que uma força naval limitada efetua um emprego de forma definitiva, quando o objetivo alcançado pela força retira da parte sobre a qual esta está sendo aplicada, as condições ou posições de força sobre as quais se sustenta (resgate de reféns, apresamento de navios, destruição de instalações, ocupação de parte do território, entre outros), e assim cria um *fait accompli* (fato consumado), em que esta apenas possui as opções de aquiescer com as demandas recebidas ou retaliar a ação e escalar as hostilidades, lidando com todas as complicações decorrentes desta decisão. Para a efetividade deste tipo de emprego da força, é preciso assegurar de forma razoável que há uma alta probabilidade de sucesso militar imediato especialmente para aquele que sofre a ação (CABLE, 1979).

Já a força é dita propositiva quando a sua aplicação visa a induzir à parte alvo a tomar uma decisão que de outra maneira não seria tomada, sobre adotar ou não determinado curso de ação. Diferentemente da força definitiva, aqui o emprego da força é mais sutil, havendo uma menor garantia de que o alvo da força adotará o curso de ação desejado (CABLE, 1979).

Na força catalítica, não se sabe previamente qual o objetivo exato da aplicação da força, mas percebe-se uma situação em que o seu emprego poderá ser oportuno e pode ser melhor explorada por aqueles que podem dispor de forças pré-posicionadas, permanecendo em águas internacionais aguardando a melhor oportunidade de intervenção para efetuarem seu engajamento e posteriormente se retirarem novamente para o Alto Mar onde poderão explorar a sua imunidade (CABLE, 1979).

E, por último, a força expressiva, na qual os meios navais são empregados no sentido de enfatizar o peso de uma declaração ou posicionamento e assim conferir a esta uma credibilidade que de outra forma não seria possível. Também tem o propósito de expressar uma emoção coletiva decorrente de algum fato, mesmo que não possua influência direta sobre o acontecimento em questão (CABLE, 1979).

Portanto, verificamos que, em um contexto de ameaças difusas, com potencial de alcance global, quando há um amplo espectro de estados intermediários entre a paz e o conflito armado, em detrimento do estado de guerra, que está proibido, e que contam com uma maior participação de atores não estatais, os Estados sofrem uma demanda cada vez maior para o emprego de suas Forças Armadas em apoio às suas políticas externas. Devido a sua capacidade de permanência e do benefício da imunidade no Alto Mar as Marinhas se destacam nesta tarefa, mas não devem ter seu emprego dissociado das demais forças, sob pena de não serem efetivas no processo de influência desejado.

Para tal, os Estados podem recorrer à Diplomacia das Canhoneiras que consiste na ameaça de emprego ou no emprego de uma força naval limitada em uma situação que envolva um interesse de um Estado ou de seus nacionais no exterior, assim combinando a força característica da estratégia e a influência, típica da diplomacia, facilitando a transição entre a diplomacia e a estratégia conforme a oportunidade. A força naval limitada é entendida como aquela que possui um objetivo bem definido e imediato, seja percebida como tolerável e capaz de atingir seus objetivos com o mínimo de força ou violência necessária para tal.

Portanto, aqui se encontra apresentada de forma bastante sucinta a Diplomacia das Canhoneiras, através da qual faremos o estudo da atuação da Marinha Nacional Francesa (MNF) na Guerra da Bósnia, entre 1991 e 1995 em relação aos objetivos da política externa.

3 A GUERRA DA BÓSNIA

Neste capítulo faremos uma apresentação da evolução dos fatos que levaram à dissolução da ex-Iugoslávia e, conseqüentemente, à situação de guerra civil, em especial na Bósnia-Herzegovina. Uma vez que os conflitos ocorridos no território da atual Bósnia-Herzegovina não podem ser compreendidos sem se verificar a relação com os eventos que se passaram nas demais repúblicas que compunham a ex-Iugoslávia, com destaque para a Sérvia e a Croácia, podemos definir que

A intensidade dos combates, a destruição das cidades, a dificuldade da ação da comunidade internacional, o sofrimento da população local, dentre outros motivos, fizeram com que as várias guerras civis que ocorreram na Iugoslávia ficassem conhecidas simplesmente como “Guerra da Bósnia”. (Aguilar, 2003, p 26)

Para tal, partiremos da constituição étnica do Estado iugoslavo, sua distribuição geográfica e como as diferentes nacionalidades foram organizadas após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e como a federação iugoslava evoluiu segundo a visão política do Marechal Josip Groz Tito (1892-1980), passando pelas dificuldades enfrentadas após a morte deste, que ao final da década seguinte, culminariam em conflito armado e a conseqüente crise humanitária.

Em novembro de 1945, a Assembleia Constitucional em Belgrado aboliu a monarquia e proclamou a República Federativa Popular da Iugoslávia, cujo nome seria alterado em 1963 para República Federal Socialista da Iugoslávia (AGUILAR, 2003), e conduziu o marechal Tito, comandante dos *partisan*³, à liderança do recém-criado Estado (ALVES, 2013).

Esse Estado era composto por seis repúblicas: Bósnia-Herzegovina; Croácia; Eslovênia; Macedônia; Montenegro e Sérvia. Esta última abarcando duas províncias

³ Guerrilheiros comunistas que expulsaram as tropas do Eixo do território iugoslavo (ALVES, 2013).

autônomas: a do Kosovo, com população de maioria albanesa; e a da Vojvodina, a qual possuía uma expressiva população húngara (ALVES, 2013), repúblicas estas que, de acordo com a Constituição Federal de 1946, eram soberanas, mas não possuíam o direito de se separarem (AGUILAR, 2003).

Dentre as diversas etnias ou nacionalidades que compunham a população da ex-Iugoslávia temos os sérvios, dos quais também são muito próximos os montenegrinos, que são eslavos de religião cristã-ortodoxa, de idioma servo-croata grafado com o alfabeto cirílico, os quais possuem fortes ligações culturais com a Rússia; os croatas, também de origem eslava, mas cristãos católicos que falam o idioma servo-croata, grafado com o alfabeto latino, sendo mais germanizados e com ligações culturais com a Áustria; e os muçulmanos bósnios, que, embora se utilizem do idioma servo-croata, devido ao Islamismo, têm suas ligações culturais orientadas na direção da Turquia e da Albânia, além de eslovenos, albaneses, húngaros e macedônios (BERCOVICCI, MELLO, 2013).

Eram consideradas línguas oficiais o servo-croata, o esloveno e o macedônio, aceitando-se o albanês e o húngaro como idiomas de uso e ensino nas respectivas populações (ALVES, 2013).

A distribuição das nacionalidades pelas repúblicas encontra-se relacionada na tabela constante do anexo A.

Por ter sido o único Estado balcânico a libertar-se da ocupação nazista pela ação de movimento autóctone, a Iugoslávia socialista de Tito assumiu desde cedo atitudes independentes, tanto na área externa como na organização interna insistindo na ideia de uma Iugoslávia federativa, cujo lema fundamental contra o nacionalismo divisor era “Irmandade e União” (ALVES, 2013).

Devido à necessidade de manter boas relações com a comunidade internacional, inclusive com os Estados árabes, a fim de conseguir investimentos para o desenvolvimento do

Estado, foram melhoradas as condições de vida religiosa da população, inclusive para os muçulmanos (AGUILAR, 2003).

Além da rejeição ao controle soviético, observamos maior liberdade de emigração da população da Iugoslávia, de forma a buscar trabalho nos Estados ocidentais como forma de diminuir a pressão sobre a economia, bem como incorporar a ela a contribuição das remessas de recursos desses emigrantes. Essa postura possibilitou certa aproximação com o ocidente, proporcionando uma ligação entre o mundo capitalista e os Estados do bloco comunista, que se encontravam sob influência soviética, e propiciou o ingresso de recursos, que permitiram uma relativa estabilidade econômica (AGUILAR, 2003).

Observamos, portanto que, a fim de dar sustentabilidade a sua postura independente dentro do mundo comunista, a Iugoslávia de Tito adotou uma postura de maior liberdade política e religiosa em seu campo interno, bem como maior abertura ao ocidente, permitindo maior fluxo de emigrantes para estes Estados e, conseqüentemente, maiores trocas, de forma a atrair recursos que possibilitassem a manutenção de seu equilíbrio político.

No entanto, em função da crise gerada na Europa pela súbita alta dos preços do petróleo pela OPEP, em 1973, muitos tiveram que regressar, sem empregos, agravando ainda mais os problemas domésticos, com um recrudescimento da radicalização dos nacionalismos. Assim, após a morte de Tito, em 1980, tomavam vulto três componentes importantes para o fim da coesão no Estado: crise econômica que acentuava as diferenças entre as províncias mais ricas e as mais pobres; a falta de um líder que conseguisse manter a federação; e a falta de uma ideologia que mantivesse a união (ALVES, 2013).

Portanto, passou-se a verificar uma maior insatisfação nas repúblicas onde predominava uma determinada nacionalidade que não a sérvia, e que defendiam uma maior autonomia em relação à gestão dos recursos gerados por elas, em detrimento de um planejamento central pelo governo em Belgrado, especialmente na Croácia e na Eslovênia que

possuíam uma participação significativa no PIB da Iugoslávia, quando comparadas com o tamanho de suas populações⁴ (ALVES, 2013).

Com isso verificou-se uma intensificação dos principais focos nacionalistas, já agravados após a morte de Tito, dentre os quais se destacam o dos croatas, o dos sérvios e o dos muçulmanos da Bósnia. Some-se a isto a reemergência do expansionismo na Sérvia, o qual exigia a jurisdição de Belgrado nas demais repúblicas onde houvesse cidadãos de nacionalidade sérvia, especialmente na Croácia, na Bósnia e no Kosovo, onde os sérvios representavam uma minoria (ALVES, 2013).

Esse nacionalismo sérvio emergente referia-se aos nacionalistas croatas como *ustashas*⁵, provocando reações entre estas populações, promovendo assim o reaparecimento de lideranças dissidentes como o croata Franjo Tudjman (1922-1999), que, para se contrapor à ameaça de uma Grande Sérvia, apresentou o projeto da “Grande Croácia”(AGUILAR, 2003).

Da mesma forma, na Sérvia, aproveitando-se do estado de tensão provocada por uma rebelião no Kosovo, em 1981, pelo reconhecimento do *status* de república por esta província, é conduzido ao poder Slobodan Milosevic (1941-2006), em 1987, que passa a adotar uma série de políticas centralizadoras, cancelando concessões feitas por Tito às repúblicas e províncias (ALVES, 2013).

Observamos, portanto, que juntamente com a morte de Tito em 1980, cuja liderança se fundamentava entre outros fatores na ideologia do comunismo, no intuito de trazer as diferentes nacionalidades que compunham a Iugoslávia a uma identidade comum; e o encerramento da Guerra Fria, demonstrando a inviabilidade do socialismo enquanto sistema de governo, provocou o enfraquecimento do governo central frente aos nacionalismos crescentes, ampliados pela forte crise econômica. Isto provocou um anseio de

⁴ A Eslovênia, em 1990, com 8,2% da população da Iugoslávia respondia por 21% do PIB, e 25% das exportações, enquanto a Croácia, com 19,9% da população respondia por 25% do PIB e 21% das exportações (AGUILAR, 2003).

⁵ Antigo Estado croata implantado pelos ocupantes do Eixo, durante a 2ª Guerra Mundial, de orientação fascista, e que promoveu a política de extermínio de minorias, inclusive de sérvios (ALVES, 2013).

descentralização pelas repúblicas com predominância de nacionalidades que não a sérvia, ao qual correspondeu uma reação de Belgrado no sentido de impor o controle central e de defender os interesses das minorias sérvias nas demais repúblicas.

Dessa forma, a partir de 1987, na Eslovênia foram surgindo diversos partidos políticos e a promoção de eleições livres. À medida que as lideranças nacionalistas chegavam ao poder, nas respectivas repúblicas, passavam a exigir a sua independência, com forte resistência do governo central. Por ocasião do último congresso da Federação da Iugoslávia, em janeiro de 1990, após a rejeição de sua proposta de independência, os deputados da Eslovênia seguidos pelos da Croácia se retiraram e posteriormente, após aprovação em plebiscito não reconhecido pelo governo em Belgrado, a Eslovênia marcou sua independência para junho de 1991 (ALVES, 2013).

Logo em seguida o processo ocorre de forma semelhante na Croácia, com a eleição de Franjo Tudjman. No entanto esta independência da Croácia representou para a população sérvia uma ameaça de retorno do regime fascista *ustasha* (ALVES, 2013), assim, em 17 de agosto de 1990, a Krajina, região onde os sérvios predominavam, proclamou-se região autônoma sérvia. Iniciava-se, assim, a rebelião dos sérvios habitantes fora da Sérvia contra a separação da “pátria mãe” (AGUILAR, 2003).

No caso da Bósnia, as três nacionalidades: muçulmana (bósnia), sérvia e croata, não se distribuía em áreas definidas, usufruindo dos mesmos serviços públicos, sobretudo da educação, bem como de liberdade religiosa (ALVES, 2013).

Quando do estabelecimento do pluralismo partidário na Bósnia, em 1990, os partidos se formaram a partir das diferentes nacionalidades. Nas eleições parlamentares de novembro do mesmo ano, os partidos étnicos se uniram contra os comunistas, os quais perderam as eleições. Em dezembro de 1990, Alija Izetbegovic (1925-2003), muçulmano sunita, que chegou a ser preso, em 1983, pela divulgação da Declaração Islâmica de 1970, assumiu a presidência, de acordo com o sistema constitucional rotativo. No entanto, para os

radicais sérvios e croatas da Bósnia, a sua eleição representava um risco de islamização da Europa (ALVES, 2013).

Vendo-se pressionado entre o expansionismo Sérvio, sobretudo com a passagem de unidades do Exército do Povo da Iugoslávia – *Jugoslavenska Narodna Armija* (JNA), e as aspirações de uma “Grande Croácia”, Izetbegovic, apesar dos protestos dos representantes dos bósnios sérvios, em especial de seu líder, Radovan Karadzic (1945-), orientou-se na direção de promover a independência da Bósnia, a qual ocorreu em 4 de março de 1992, sem a participação dos sérvios, que proclamam a “entidade nacional sérvia”, vinculada ao que restara da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), adotando Constituição própria para a “Nação Sérvia da Bósnia e Herzegovina” (ALVES, 2013).

Em 6 de abril, após a Bósnia ser reconhecida pela Comunidade Europeia como Estado independente, grupos paramilitares sérvios iniciaram os ataques à Academia de Polícia de Sarajevo, assumiram o controle do aeroporto e colocaram tanques nas ruas, enquanto Karadzic declarava a independência da República Sérvia da Bósnia, e, em 27 daquele mês, Milosevic anunciava a formação de um novo Estado, com o nome de República Federal da Iugoslávia (RFI), do qual faziam parte as repúblicas da Sérvia e Montenegro, além das províncias da Vojvodna e de Kosovo (AGUILAR, 2003).

Uma vez que a nacionalidade sérvia era predominante no JNA, quando da desmobilização deste por ocasião da independência das repúblicas⁶, grande parte do seu material e armamento ficou sob controle dos sérvios da Bósnia, aos quais se juntaram grupos paramilitares e milícias, que formaram assim o Exército Sérvio da Bósnia (ESB). O ESB rapidamente assumiu o controle de posições chaves com apoio do Exército da RFI. Lá

⁶ O Alto comando do JNA expressou sua preocupação com estas forças por ocasião das eleições multipartidárias na Eslovênia e Croácia e, a partir de maio de 1990, dois dias após o governo esloveno assumir, iniciou o seu desarmamento (AGUILAR, 2003).

posicionaram peças de artilharia pesada, de forma que várias cidades bósnias ficassem sob seu alcance, sobretudo Sarajevo⁷ (AGUILAR, 2003).

O ESB tinha como objetivo principal o controle de áreas-chave que permitissem a ligação entre os territórios sérvios da Bósnia à Krajinna, às Eslavônias⁸ e à própria RFI. Uma vez conquistadas estas áreas proceder-se-ia à homogeneização da população, sobretudo nos enclaves muçulmanos, em que houve a prática de “limpeza étnica”, cujo episódio mais marcante, de acordo com Alves (2013), foi o de Srebrenica⁹.

Quanto ao Exército bósnio, segundo Aguilar (2003), este por ocasião do início do conflito era virtualmente inexistente, ficando a defesa a cargo de grupos paramilitares, alguns dos quais chegaram a praticar atividades criminosas contra a própria população bósnia, enquanto outros, melhor organizados continuaram atuando na defesa do Estado, seguindo uma cadeia de comando independente do governo, aos quais se juntaram os *mujahedin*¹⁰. A partir de então, é criado o Exército da Bósnia-Herzegovina (EBH), com alguns poucos militares muçulmanos da reserva ou desertores do JNA, e dos voluntários e convocados dentre os civis em idade militar, com parte do material militar (armas, munições, uniformes, entre outros) fabricado em antigas indústrias militares ou em indústrias civis convertidas, e outra capturada durante as ações contra o inimigo (e mesmo contra as tropas da ONU). Seus principais objetivos eram o acesso aos enclaves da Bósnia Oriental (Srebrenica, Gorazde e Zepa) e o aumento da área de Sarajevo sob seu controle (AGUILAR, 2003).

⁷ O cerco a Sarajevo durou de 5 de abril de 1992 a 29 de fevereiro de 1996, isolando-a completamente do mundo exterior provocando o deslocamento de grandes contingentes populacionais sob condições degradantes, as quais incluíam roubos e assassinatos (ALVES, 2013).

⁸ Região de maioria sérvia no Oeste da Croácia.

⁹ Foi o genocídio de cerca de 8.000 bósnios, homens e meninos em julho de 1995. A ofensiva foi comandada pelo General Ratko Mladic (1943-), hoje detido na Haia condenado à prisão perpétua pelo Tribunal para a Antiga Iugoslávia (ALVES, 2013).

¹⁰ Combatentes voluntários islâmicos oriundos de outros Estados, que lutavam por motivações religiosas (AGUILAR, 2003).

Os croatas bósnios organizaram o Exército Croata Bósnio – *Hrvatsko Vjece Odbrane* (HVO), ao qual se juntou o Exército da Croácia – *Hrvatska Vojska* (HV) na Herzegovina, os quais eram apoiados pela Croácia (AGUILAR, 2003).

Após a rejeição de proposta da liderança croata da Bósnia de formação de uma Federação muçulmano-croata pelo presidente Izetbegovic, em junho de 1992, é declarada a autonomia da região dominada pelo HVO, criando-se a República Croata da Bósnia Herzegovina, o que levará a uma situação em que os combates em território bósnio ocorreriam entre o EBH, o ESB e o HVO (AGUILAR, 2003).

Dessa forma, verificamos que, com o enfraquecimento do comunismo, os partidos recém-criados buscaram dar vazão às aspirações das nacionalidades constituintes dos diversos territórios. À medida que as nacionalidades predominantes nas repúblicas onde os sérvios eram minoria chegavam ao poder, ocorria uma reação no sentido de separação das regiões dessas repúblicas onde predominava a minoria sérvia, apoiada pelo governo em Belgrado, baseada na crença de que haveria uma perseguição a esta população, seja devido a um retorno do regime fascista na Croácia, ou da islamização na Bósnia.

Com relação à atuação da comunidade internacional, em agosto de 1991, logo depois das primeiras declarações de independência, o Conselho da Comunidade Europeia criou a Comissão Badinter¹¹, a fim de discutir aspectos referentes a fronteiras, direitos das minorias, sucessão dos Estados, etc. relativos à dissolução da Iugoslávia, que deveriam orientar uma Conferência de Paz na Europa sobre as condições necessárias à independência das repúblicas e seu reconhecimento. No entanto, a evolução dos fatos com as declarações unilaterais de independência e a eclosão do conflito na Croácia tumultuou o trabalho desta comissão, cujas condições eram favoráveis à manutenção da integridade territorial das repúblicas (ALVES, 2013).

¹¹ Robert Badinter era o Presidente do Conselho Constitucional da França, que presidiu essa comissão de arbitragem (ALVES, 2013).

Entretanto, contrariamente às intenções da Comissão Badinter, a Alemanha buscou favorecer o reconhecimento imediato dos Estados recém-criados, com o interesse em inseri-los em sua esfera de influência econômica, enquanto os demais Estados da CE hesitavam e os Estados Unidos da América (EUA) eram contra (ALVES, 2013).

Quanto à atuação da ONU, esta foi bastante questionada, começando pela primeira resolução do Conselho de Segurança sobre a matéria, a de nº 713, de setembro de 1991, que impunha o embargo de armas em todo o território da Iugoslávia, o qual se revelou como um fator adicional de desequilíbrio em favor da Sérvia, na medida em que as forças sérvias detiveram a maior parte do aparato militar do JNA, e as demais nacionalidades encontravam-se impossibilitadas de comprar armas e equipamentos para se contraporem aos inimigos. Apesar desse fato, as Nações Unidas ainda agiam com o intuito de evitar a intensificação do conflito, conseguindo um cessar fogo, em janeiro de 1992, entre as partes na Croácia, o que permitiu o início de operações da FORPRONU (Força de Proteção das Nações Unidas, criada em 21 de fevereiro de 1992, pela Resolução 743 do Conselho de Segurança), com o estacionamento de unidades internacionais entre os beligerantes nas principais áreas em disputa na Croácia e na Bósnia (ALVES, 2013).

No entanto, sabia-se que, para interromper os atos de violência extrema decorrentes do conflito, era necessária uma ação além da convencional interposição entre tropas beligerantes e distribuição de suprimentos humanitários, com o emprego de força de forma mais contundente. Uma vez que foi observada uma aversão a intervenções que possam resultar em baixas, especialmente da parte dos EUA, esta intervenção deveria ser executada através de bombardeios aéreos. Com o incidente de Markale¹², esta intervenção internacional tornou-se ainda mais urgente (ALVES, 2013).

¹² A explosão de um morteiro no mercado de Markale no centro de Sarajevo, em fevereiro de 1994, onde morreram 68 pessoas (ALVES, 2013).

Apesar de, no início dos conflitos, ser observada uma posição da comunidade internacional favorável à manutenção da unidade territorial, verificamos que houve posições favoráveis ao reconhecimento das repúblicas, sobretudo da Alemanha. No entanto, a evolução dos acontecimentos se sobrepôs às intenções da comunidade internacional.

Quanto à atuação da ONU, que se encontrava orientada no sentido de evitar o agravamento do conflito, esta foi alvo de críticas devido à sua postura mais voltada para o lado humanitário, sem ser capaz de impedir graves violações dos direitos humanos, levando à comunidade internacional a considerar um emprego mais efetivo da força na região.

Àquela altura, com a Sérvia estrangulada pelo embargo, e tentando negociar sua suspensão, Milosevic buscou influenciar Karadzic a negociar, ao que este se recusou, uma vez que controlava cerca de 70% do território bósnio. A partir de então a Sérvia retirou o seu apoio, enfraquecendo o ESB, enquanto bósnios e croatas, com mediação dos EUA, resolveram suas disputas territoriais, alterando o equilíbrio de forças no conflito a seu favor. Assim, em maio de 1995, o exército croata, com apoio do governo estadunidense, lançou operação decisiva, que conseguiu retomar os territórios croatas sob controle sérvio, e, em 30 de agosto, a OTAN lança uma operação aérea¹³ contra as forças sérvias que cercavam Sarajevo, exigindo a retirada da artilharia para vinte quilômetros de distância. O ataque aéreo foi interrompido após serem atendidas as exigências, sendo anunciado um cessar-fogo em 5 de outubro (AGUILAR, 2003).

Porrrtanto, fruto do engajamento dos organismos internacionais, onde se observa um grande protagonismo dos EUA, verificou-se uma alteração no balanço de forças da região tanto pelo fortalecimento decorrente da resolução das disputas entre bósnios e croatas, bem como pelo enfraquecimento dos sérvios pela perda do apoio do governo de Belgrado,

¹³ Operação *Deliberate Force*, motivada pela queda de mais um morteiro próximo ao mercado de Sarajevo (AGUILAR, 2003).

sufocado pelo embargo econômico, além de uma postura mais assertiva da OTAN, que intensificou os ataques aéreos contra os rebeldes sérvios levando-os à negociação.

Assim, iniciam-se as negociações na base aérea de Dayton, em Ohio, na qual os participantes dos EUA, da Europa e os presidentes das partes em conflito chegaram a um entendimento em 21 de novembro e, em 14 de dezembro de 1995, em Paris, foram assinados os chamados Acordos de Dayton (ALVES, 2013).

Desta forma, vimos resumidamente como a Iugoslávia de Tito, formada por seis repúblicas e suas diferentes nacionalidades se manteve unida durante o período da Guerra Fria, com um governo comunista independente do bloco soviético, por meio da política de “Irmandade e União”. No entanto, a partir da crise do petróleo de 1973, as dificuldades econômicas acentuaram as disparidades entre as repúblicas.

Com o desaparecimento de Tito, em 1980 e o fim da Guerra Fria, a afirmação das identidades nacionais passou a dominar a agenda política, opondo a Sérvia, favorável à centralização política às demais repúblicas que demandavam maior autonomia, bem como das nacionalidades no interior das repúblicas, onde as minorias sérvias se rebelaram assumindo o controle das regiões em que eram predominantes e, a fim de assegurar a homogeneidade nos territórios controlados, promoveram as “limpezas étnicas”, entre outros abusos e violações dos direitos humanos.

Situação esta que suscitou o envolvimento da comunidade internacional, em um primeiro momento favorável à manutenção da unidade territorial e com enfoque em evitar o agravamento do conflito, o que foi ultrapassado pela evolução dos acontecimentos, levando-a a considerar o emprego da força de forma mais efetiva.

Assim, com a evolução do conflito, verificamos que o esforço internacional, com protagonismo dos EUA, no sentido de pressionar o governo sérvio por meio do embargo econômico, bem como na mediação das disputas entre bósnios e croatas, provocou uma alteração no equilíbrio de forças da região. A intervenção da OTAN, através de seus

bombardeios aéreos, foi decisiva para levar os rebeldes sérvios à mesa de negociações, que resultaram nos Acordos Dayton, que deram partida no processo de encerramento do conflito.

4 A POLÍTICA EXTERNA FRANCESA

Neste capítulo procuraremos identificar os objetivos da política externa francesa relacionados à Guerra da Bósnia, a fim de posteriormente descrever o emprego do Poder Naval francês neste conflito, bem como sua evolução no decorrer do período e assim avaliar sua contribuição para os objetivos da política externa da França. Dessa forma vamos descrever a situação da França no cenário internacional, e a forma como buscou interagir neste ambiente a partir de sua posição, e assim descrever as atitudes do governo francês quando da percepção da crise iugoslava, e ao longo do conflito e, então, identificar os objetivos que nortearam o emprego do instrumento naval.

Conforme Coutau-Bégarie (2010), a posição da França no mundo é a resultante de uma série de fatores decorrentes das expressões políticas, econômicas, psicossociais e militares de seu poder nacional. Em relação à expressão militar destaca-se a capacidade de dissuasão nuclear que, no entanto, nem sempre pode ser convertida eficazmente em fator de influência política, especialmente dentro da moldura das crises locais e regionais. A esta capacidade global deve-se acrescentar os meios e doutrinas necessários, com a devida credibilidade, de forma a melhor ajustar a intensidade desejada de emprego da força.

A partir da década de 1990, ocorreu um maior enquadramento das intervenções externas francesas sob a égide de organizações internacionais, cuja participação foi considerada fundamental para a afirmação do Estado enquanto potência capaz de influenciar nas decisões cujos efeitos têm potencial de atingir um efeito global (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Logo verificamos que da combinação dos componentes das expressões que compõem o seu poder nacional deriva a posição da França enquanto potência global, sendo a sua capacidade de dissuasão nuclear decisiva para a posse de um assento permanente no

CSNU. No entanto para a afirmação de seu *status*, é fundamental atuar juntamente com outros Estados em coalizões sob o mandato de organizações internacionais, sobretudo nas principais crises de caráter humanitário, e com consequências no âmbito da segurança mundial.

Contudo, quando das primeiras notícias sobre a fragmentação da federação iugoslava, este não era necessariamente um assunto prioritário, havendo divergências que podem ter contribuído para o agravamento da crise, até se decidir por um engajamento sobre o terreno, de forma a evitar que a guerra entre as nacionalidades não degenerasse em genocídio (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Da mesma forma, conforme Soulet (2012), apesar de ter sido o primeiro Estado a enviar tropas à Sarajevo sitiada, no verão de 1992, e a abrir uma embaixada na Bósnia, em janeiro de 1993, e de ter atuado como catalisador dos acordos de Dayton, o envolvimento francês não se manifestou sem que houvesse hesitações e mudanças de opinião.

Tal envolvimento deveu-se, em certa medida a fatores históricos, uma vez que foi na capital da Bósnia onde se iniciou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na qual os franceses apoiaram os sérvios contra os austríacos e húngaros, bem como defenderam a criação de um reino sérvio após o término do conflito (SOULET, 2012).

A política interna francesa também influenciou na participação da França na intervenção na Bósnia, uma vez que a tradicional rivalidade entre a Direita e Esquerda estava exacerbada durante a década de 1990, onde, apesar da política externa não ser um argumento eleitoral decisivo, o posicionamento a respeito do envolvimento no conflito nos Bálcãs ofereceu uma plataforma de diferenciação entre as duas tendências políticas (SOULET, 2012).

Vemos também com a fragmentação da ex-Iugoslávia um movimento das potências europeias em estabelecer posição dentro daquele território de forma a influir na situação futura da região a fim de trazê-lo para sua zona de influência. Dessa maneira, temos a Alemanha reconhecendo unilateralmente a independência da Eslovênia e da Croácia,

enquanto a França e o Reino Unido se mostraram a favor da manutenção da integridade territorial da Iugoslávia, divergências estas que foram enfraquecidas pelo reconhecimento dos dois novos Estados pela Comunidade Europeia, em 15 de janeiro de 1992 (SOULET, 2012).

Desta forma, a França tem em seu envolvimento nos Bálcãs, uma plataforma de afirmação perante os demais Estados, sobretudo os europeus, quanto a sua capacidade de influenciar nas decisões sobre a região (SOULET, 2012).

Foi também motivo que precipitou a participação da França na intervenção nos Bálcãs a questão político estratégica, uma vez que os confrontos na Bósnia suscitavam a instabilidade no espaço de segurança europeu (SOULET, 2012).

A este acrescentemos a dimensão humanitária, principalmente após a revelação da existência de campos de internamento de civis por jornalistas estadunidenses, em agosto de 1992. Nesses campos localizados na região Noroeste da Bósnia, controlados por nacionalistas sérvios, onde os prisioneiros encontravam-se em condições precárias, ficou evidente a intenção dos sérvios em promover uma limpeza étnica (SOULET, 2012).

Por outro lado com a implosão do sistema soviético e o fim da bipolaridade característica da Guerra Fria, bem como de uma dificuldade dos EUA estarem presentes em todos os cenários, verificamos uma nova configuração internacional que encorajou o envolvimento de potências grandes e médias na política mundial. Dessa maneira, a ONU voltou a ser um instrumento central de cooperação e ação dos Estados, cumprindo um papel principal na enunciação de normas, na redução de conflitos, e no domínio operacional da manutenção da paz. Apesar disso a França buscou atuar em primeiro lugar dentro do quadro da UEO. No entanto, como não foi encontrado um consenso sobre esta participação, (o que trará implicações no emprego de sua Marinha durante a crise, como será explicitado no próximo capítulo), a França adotou a inserção de suas forças sob o mandato da ONU (SOULET, 2012).

Portanto pela observação dos motivos da implicação da França na Guerra da Bósnia, baseados na forma como este Estado se inseria no Sistema Internacional, já podemos depreender os seguintes objetivos da política externa francesa para este conflito: a afirmação enquanto potência global capaz de influenciar nas decisões globais e regionais; a participação de organismos internacionais na solução de crises internacionais, principalmente após o término da bipolaridade que caracterizou o período da Guerra Fria; e a eliminação do foco de instabilidade no entorno de segurança europeu e conseqüentemente da crise humanitária que se seguiu.

Passaremos, então, a tratar mais diretamente da condução do envolvimento francês a partir da ótica dos chefes de estado que ocuparam a presidência no período em questão, iniciando por François Mitterrand (1916-1996).

Este, como já mencionado anteriormente, adotou uma postura a favor da manutenção da unidade da Iugoslávia, exigindo como pré-requisito para o reconhecimento dos Estados originários da separação o devido endereçamento das questões de fronteiras e de garantias das minorias (SOULET, 2012).

Em suas declarações recusava-se a designar um inimigo, considerando que para se sair de um conflito é necessário falar com todos, e àqueles que se apressavam em condenar os sérvios declarava que a França nunca foi, nem nunca seria, anti-sérvia, e sim sobretudo anti-tortura, anti-campos de concentração, e anti guerra de expansão (INSTITUTE FRANÇOIS MITERRAND,[2005?]).

Sem fazer distinção entre vítimas e agressores, sob seu ponto de vista toda intervenção externa deve ser neutra e pacífica, com uma preocupação constante em não agravar os conflitos. Sob esta ótica, o recurso a ONU impunha-se naturalmente, uma vez que aquela possuía a neutralidade necessária para implantar uma força capaz de empreender as ações humanitárias e de proteção das populações civis (SOULET, 2012).

Uma vez criada a Força de Proteção das nações Unidas (FORPRONU), empenhou-se em contribuir com um batalhão de infantaria do Exército francês em Sarajevo, no verão de 1992, o qual correspondeu ao maior contingente da missão (SOULET, 2012).

De maneira a dar credibilidade à suas ações, o presidente francês empreendeu uma visita a Sarajevo, com o intuito de forçar o bloqueio sérvio, permitindo a abertura de um cordão humanitário, para a capital bósnia durante alguns dias (IFM, [2005?]). A visita de Mitterrand à Sarajevo sitiada, em 28 de junho de 1992, teve como principal resultado a reabertura do aeroporto, até então controlado pelos sérvios, facilitando o fluxo de ajuda humanitária para a cidade (SOULET, 2012).

Entretanto no decorrer da condução da intervenção no conflito, foi observada uma mudança na atuação política francesa, em parte devido a fatores relacionados à evolução do conflito na Bósnia, e por alguns fatores da política interna. No plano interno, a partir de 1993 passou-se a ter um gabinete de direita chefiado por Edouard Balladur (1929-), tendo Alain Juppé (1945-) como ministro das relações exteriores. Estes não hesitaram em designar os sérvios como agressores na Bósnia e, o recurso a uma solução militar deixou de ser sistematicamente rejeitada. Apesar de tudo, permaneceu no estado de espírito do governo francês a busca de uma solução pacífica (SOULLET, 2012).

Entretanto, a revelação das atrocidades cometidas na Bósnia pela imprensa, além do tiro de morteiro sobre o mercado de Markale, contribuiu para a mudança de orientação francesa. Portanto, quando Alain Juppé submeteu a Mitterrand uma proposta de ultimato, segundo o qual, caso os sérvios não cumprissem o determinado, sofreriam um ataque aéreo da OTAN, esta foi imediatamente aprovada, indicando assim a mudança posição de Mitterrand (SOULET, 2012).

Logo verificamos que constatada a necessidade de intervenção, o governo Mitterrand firmou posição para que esta seja sob a égide da ONU, de forma manter a neutralidade da intervenção, sem fazer distinção entre as partes, voltada para a prevenção de

conflitos e à ajuda humanitária. O objetivo anteriormente identificado da participação de organismos internacionais se justificava pela busca da neutralidade. Assim depreendemos mais um objetivo da política externa francesa a partir da forma de atuação no conflito, que vem a ser a preponderância das ações humanitárias sobre a coerção. No entanto, a evolução dos eventos na Bósnia provocou uma mudança de posição, admitindo uma maior aceitação ao emprego de força.

Com a ascensão de Jacques Chirac (1932-), e, conseqüentemente, da direita, observamos uma mudança da política francesa para a ex-Iugoslávia. No entanto, aparentemente, a mudança de governo na França tem menos influência nas mudanças na condução do conflito do que os eventos que se sucederam na Bósnia, durante o verão de 1995. Com a evolução dos eventos nos Bálcãs, a postura inicialmente neutra e avessa ao emprego de força durante a intervenção observada durante o governo Mitterrand já se encontrava de alguma forma modificada. Dessa maneira, somente se poderia intensificar as tendências em curso (SOULET, 2012).

O evento que certamente marcou a reorientação da política francesa para os Bálcãs foi a tomada de 367 “capacetes azuis”¹⁴ como reféns pelos sérvios, com o objetivo de serem usados como escudos humanos contra ataques aéreos, dos quais 174 eram franceses, ao que Jacques Chirac reagiu com firmeza, ordenando as tropas francesas a responderem a todo ataque recebido (SOULET, 2012).

Tratava-se para o novo presidente de encontrar rapidamente um meio de alterar a relação de forças no terreno de forma a impedir que os contingentes da ONU fossem tomados como reféns levando os beligerantes a estabelecer um acordo de paz (SOULET, 2012).

Assim, desenvolve-se a ideia da Força de Reação Rápida (FRR), para a qual Jacques Chirac empenhou-se fortemente durante uma série de reuniões e cúpulas para sua

¹⁴ Expressão pela qual são conhecidos os militares dos diversos países que compõem uma missão de paz da ONU.

aprovação, até que foi efetivamente criada, por meio da resolução do CSNU nº 998 de 15 de junho de 1995, tendo por missão assegurar as ações de urgência em apoio às unidades das Nações Unidas isoladas ou ameaçadas e contribuir com a manutenção da liberdade de movimento (SOULET, 2012).

Contudo, cabe ressaltar que, apesar do protagonismo francês na criação e execução da FRR, esta não constituiu em uma mudança de enfoque na profundidade da ação no conflito na Bósnia, pois como observou Tardy¹⁵ (1999, citado por SOULET, 2012), a FRR foi concebida antes de tudo como uma força de proteção da FORPRONU, e não como um meio de influir de forma coercitiva sobre o comportamento das partes em conflito, ou seja, tratava-se da proteção aos contingentes da FORPRONU, de forma que esta pudesse conduzir suas tarefas humanitárias, e não um meio de impor a qualquer das partes uma solução externa a ambas, permanecendo, portanto dentro do quadro político definido pela França desde 1992.

Assim, o que vimos no governo Chirac foi um aprofundamento de uma tendência já observada ao final do governo Mitterrand, com adoção de posturas mais agressivas, mas voltadas para a proteção das tropas a ONU, que, no entanto, de certa forma contribuíram para o enfraquecimento das posições sérvias.

Apesar de toda mobilização e engajamento de Jacques Chirac com vistas a romper o imobilismo, constatou-se que apenas o esforço dos Estados europeus não foi suficiente para sustar as ações armadas nos Bálcãs. O passo decisivo para a paz na região seria dado por meio do convencimento do governo dos EUA à assumirem a intervenção nos Bálcãs. Desta forma Jacques Chirac conseguiu convencer o presidente Willian Jefferson (Bill) Clinton (1946-) da urgência em encerrar este conflito. Uma vez que os resultados corresponderam às expectativas de Paris, não houve maior incômodo pelo fato de ter ficado à margem das negociações.

¹⁵ TARDY, Thierry, *La France et La Gestion des Conflits Yugoslaves (1991-1995)*. Enjeux et leçons d'une Operation de maintien de la Paix de l'ONU, Editions Bruylant, Bruxelles, 1999, Coll. Organisations Internationales, 504p.

Contudo, os EUA aceitaram que a assinatura dos acordos negociados em Dayton fossem em Paris (SOULET, 2012).

Dessa maneira vimos como a França, a partir da construção de sua posição no cenário internacional se orientou em relação à Guerra da Bósnia e assim depreendemos os seus objetivos para o conflito sobre os quais o emprego do Poder Naval teve influência: a afirmação enquanto potência global com capacidade de influenciar as decisões sobre a região, a neutralidade em relação às partes em conflito, e a preponderância das ações de caráter humanitário, cujo principal instrumento de expressão e ação foram as organizações internacionais, os quais convergiram para a solução do conflito e, conseqüentemente, a segurança do entorno europeu e a interrupção das atrocidades cometidas.

A evolução dos eventos, sobretudo na região dos Bálcãs, levou conseqüentemente a uma gradual reorientação da política de condução da intervenção francesa, em direção a uma maior assertividade no emprego da força pelas tropas francesas, culminando com a criação da FRR.

5 A MARINHA NACIONAL FRANCESA NA GUERRA DA BÓSNIA

Neste capítulo descreveremos o emprego do Poder Naval francês na Guerra da Bósnia, através da Diplomacia das Canhoneiras, de forma a enquadrá-lo como uma força naval limitada, dentro das suas categorias de emprego, relacionando-o com os objetivos da política externa francesa previamente identificados, bem como a forma como estes objetivos são buscados conforme a evolução dos acontecimentos nos Balcãs e na França.

Segundo Coutau-Bégarie (2010), o emprego do Poder Naval francês na Guerra da Bósnia iniciou-se em setembro de 1991, com a operação *Caféier*, tendo como objetivos efetuar operações de reconhecimento, ação de presença e apoio a uma eventual ação humanitária, esta última vindo a acontecer, de outubro a dezembro de 1991, em apoio à UNICEF, com a evacuação de 318 refugiados croatas sitiados pelos sérvios, em Dubrovnik (Croácia), pelo Navio de Apoio de Saúde *Rance*, e posteriormente com o desembarque de 68 toneladas de frete humanitário no período de 20 a 22 de novembro (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Também participou desta operação o Navio Mercante (NM) *Cap Afrique*, fretado pela Secretaria de Estado para Ação Humanitária, sendo a segurança dos comboios de frete humanitário, provida pelo Aviso¹⁶ *Premier-Maitre L'Her* (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

O prosseguimento à ação de presença foi mantido pelo envio do Aviso *Quarter-Maître Anquetil*, que permaneceu na área de 27 de dezembro de 1991 a 6 de fevereiro de 1992, ao qual se sucederam outros em revezamento na área marítima de interesse nos Balcãs (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

¹⁶ Navio Patrulha de Alto-Mar, inicialmente projetado para guerra Anti-Submarino em águas costeiras, também dedicados à Patrulha Naval, Busca e Salvamento (SAR), entre outras. Disponível em: [HTTPS://www.defense.gouv.fr/marine/equipements/batiments-de-combat/patrouilleurs/patrouilleurs-de-haute-mer/premier-maitre-l-her-f-792](https://www.defense.gouv.fr/marine/equipements/batiments-de-combat/patrouilleurs/patrouilleurs-de-haute-mer/premier-maitre-l-her-f-792); Acesso em 29 de julho de 2018.

Dessa forma observamos desde o início uma ação expressiva empreendida pela França, onde podemos identificar a relação entre a missão atribuída aos meios da MNF, especialmente de afirmação de presença na área e apoio humanitário, enviando um sinal coerente com a expressão dos objetivos políticos externados, desta forma dando lastro às intenções governo francês para a região.

Com a ativação da FOPRONU, foi desencadeada a operação *Amarante*, para o transporte do contingente francês, que foi realizado pelo Navio de Desembarque-Doca (NDD)¹⁷ *Orage*, além de quatro outros NM fretados, de 31 de março a 4 de abril de 1992. Posteriormente foram utilizados mais três NM navios fretados, de 7 a 12 de abril. A escolta foi realizada pelo *Premier-Maître l'Her* em ambas as fases. Ao final daquele ano, o mandato da FORPRONU foi estendido ao conjunto do território da Bósnia-Herzegovina pela resolução 776 do CSNU, de 14 de setembro de 1992, o que implicou no reforço do contingente francês¹⁸ engajado nesta missão de paz, o qual foi transportado pelo NDD *Foudre* em três rotações, de 12 de outubro a 4 de novembro (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Ao mesmo tempo, a comunidade internacional decidiu pela instauração de um bloqueio à então República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro). Inicialmente foi limitado às armas pela resolução 713 de 25 de setembro de 1991, em seguida estendido às mercadorias que não alimentos e medicamentos pela resolução 724, até tornar-se total pela resolução 757 de 30 de maio de 1992 (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Devido a divergências de opinião entre os Estados europeus, foram lançadas, em 11 de julho, duas operações em paralelo, uma sob a égide da UEO, denominada *Sharp Vigilance*, com meios da França, Itália e Espanha, sob o comando de um Almirante italiano, os quais formaram a Força Naval de circunstância da UEO, e a operação *Maritime Monitor*,

¹⁷ Em Francês, TCD (Transport de Chaland de Débarquement).

¹⁸ 1 batalhão de infantaria para Bihac, um destacamento de aviação ligeira do Exército de Terra para Split, e 1 batalhão de engenharia para Kakanj (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

lançada pela OTAN sob comando dos EUA, além do qual fizeram parte meios do Reino Unido, Holanda, Turquia e Grécia (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Até aquele momento, as missões tinham o propósito de simplesmente estabelecer presença no mar Adriático e efetuar o controle do quadro tático na área, não possuindo quaisquer poderes para realizar abordagem de embarcações para inspeções ou desviá-las para outros portos. Em 16 de novembro de 1992, a resolução 787 do CSNU reforçou o embargo autorizando a inspeção dos navios suspeitos. Assim, a *Sharp Vigilance* deu lugar à operação *Sharp Fence*, ainda a cargo da UEO, enquanto a *Maritime Monitor* tornou-se *Maritime Guard*. A integração entre as duas operações foi reforçada com um revezamento mensal das zonas de operações (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Em seguida à resolução 720 de 17 de abril de 1993, a qual reforçou as resoluções precedentes, passou-se a incrementar o caráter coercitivo das regras de engajamento adotadas, autorizando o emprego da força, adotadas a partir de 29 de abril, passando a operação *Maritime Guard* a transformar-se na *Enhanced Maritime Guard*. A esse reforço da postura coercitiva, a RFI respondeu com ameaças de retaliação, que levaram à interrupção do revezamento entre zonas de operações, uma vez que as regras de engajamento não foram revistas pela UEO, de forma que seus navios não estavam respaldados para responderem a esta nova ameaça. A participação francesa tomou forma de um aviso ou uma fragata, assim como de uma aeronave de patrulha marítima *Atlantique 2*, operando a partir da base italiana de Sigonella (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Em 7 de junho de 1993, em seguida à resolução 820 do CSNU, os conselhos da OTAN e da UEO fundem as duas operações, as quais são substituídas a partir de 15 de junho pela operação *Sharp Guard*, posta sob controle operacional da OTAN. A participação francesa recebe o nome de operação *Salamandre*, e os navios designados para a operação formaram a Força-Tarefa (FT) 440, contando ainda com uma aeronave de patrulha sediada na base de Sigonella, na Itália (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A organização geral do dispositivo da operação compreendia dois grupos principais, dos quais um compreendia a área marítima entre a Itália e a Albânia, correspondente ao estreito de Otrante, que é a porta de entrada do mar Adriático. Nesta área era procedida a interrogação do tráfico mercante que se dirigia aos portos desta região, bem como daqueles que dela procediam, realizando ações de visita e inspeção quando houvesse indícios de que tal ação fosse necessária, atuando como um filtro contra as embarcações que tentassem violar o embargo imposto pelas resoluções do CSNU. Outro grupo estendia-se ao longo das águas jurisdicionais de Montenegro, conduzindo o bloqueio de seus portos impedindo qualquer tipo de tráfego entrando ou saindo destes (REULLIARD, 1994).

Assim iniciou-se a participação do Poder Naval francês sob a égide de organismos internacionais, com uma aproximação preferencial pela UEO, assumindo uma postura de independência em relação à OTAN, e, conseqüentemente, aos EUA, o que, no entanto custou certa demora devido a necessidade de acomodar divergências na organização. Pode-se afirmar que o atraso inviabilizou a oportunidade do emprego da força naval de forma catalítica, de maneira que esta estivesse posicionada na área de interesse, e assim exercer sua influência nas fases iniciais da crise, quando teria sido mais fácil atingir seus objetivos.

Com a sucessão dos eventos na área de operações do Adriático, verificamos uma gradual integração do controle com a OTAN, permanecendo o emprego dos meios navais franceses de forma expressiva, respaldando os objetivos da política externa de participação no âmbito das organizações internacionais como forma de garantir a neutralidade da intervenção interestatal, e como plataforma de afirmação como potência global, com postura humanitária, mas com um maior grau de coerção, através do embargo à RFI, contribuindo para uma ação propositiva em relação aos sérvios.

Paralelamente, o governo de Edouard Balladur decidiu lançar a operação *Balazard*, para a proteção das forças francesas sob a égide da ONU engajadas em território bósnio. O dispositivo naval francês que constituiu a FT 470 estava dividido em 2 Grupos-

Tarefa (GT): o GT 470.1, em torno de um Navio-Aeródromo (NAe), escoltado por uma fragata e acompanhado por um Navio Tanque (NT); e o GT 470.2, composto por um NDD (o *Foudre* ou o *Orage*), acompanhado de um NT (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Além da garantia da segurança do contingente francês da FORPRONU, havia missões de apoio à interdição do espaço aéreo sobrejacente à Bósnia-Herzegovina, na qual os NAe participaram através da realização de duas missões diárias de reconhecimento pelas aeronaves *Étendard* IV-P e pela manutenção de uma prontidão SAR para resgate de pilotos abatidos¹⁹. A resolução 836, de 4 de junho de 1993 previa igualmente apoio aéreo em caso de necessidade à *Sharp Guard*, logo, ao controle do embargo, em alternância com as forças aliadas, missão confiada aos *Super-Étendard* armados com mísseis. O ritmo das atividades era bastante elevado podendo chegar de 40 a 50 missões aéreas por dia (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Portanto, a evolução dos acontecimentos, principalmente na Bósnia, começou a afetar a política francesa para os Bálcãs, e assim o emprego do Poder Naval, cuja mudança fundamental passa a ocorrer na intensidade da postura coercitiva, do que nos propósitos em si, com o envio de mais unidades navais e aeronavais, além das já alocadas à operação *Sharp Guard*, com objetivo principal de garantir a segurança do contingente francês da FORPRONU, tratando-se, portanto, de melhorar as condições de operação da tropa sob a égide da ONU, além de contribuir para a manutenção do embargo, e da interdição do espaço aéreo bósnio.

Verificamos, portanto, o caráter limitado do Poder Naval pelo emprego da força restrito às ações necessárias ao cumprimento dos mandatos do CSNU, apesar da assimetria entre as forças da coalizão multinacional, da qual a França fazia parte, e as da RFI.

¹⁹ Operação *Crecele*, versão francesa da operação da OTAN *Deny Flight*, lançada em 12 de abril (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Pela efetividade do bloqueio imposto, que desencorajou quaisquer tentativas de violação do embargo, e pela ausência de uma resistência extrema da RFI, podemos também afirmar que essa força foi percebida como limitada pela parte sobre a qual era exercida a influência, pela credibilidade na capacidade dos meios empregados em cumprir sua missão, sem extrapolar os objetivos definidos e incorrer em danos que provocassem uma escalada indesejada da tensão entre as partes.

Apesar da situação aparentemente estar se estabilizando no começo de 1995, permitindo uma redução do dispositivo, esta voltou a se degradar ao final da primavera, com o bombardeio pelos sérvios das Zonas de Segurança, dos ataques aéreos da OTAN, e a tomada de “capacetes azuis” como reféns. Esta situação coincidiu com a eleição de Jacques Chirac, decidido a romper com o imobilismo da ONU, intensificando a tendência a uma postura mais assertiva em relação ao emprego da força pelas tropas francesas na Bósnia (COUTAUBÉGARIE, 2010).

Em 27 de maio, dia em que as forças francesas retomaram a ponte de *Vrbanja*, próxima a Sarajevo, o governo decidiu reenviar o grupo aeronaval ao Adriático. A operação *Balbuzard* cedeu lugar à *Balbuzard Noir*. O *Foch* que se preparava para uma comissão de qualificação de pilotos recém-cursados, foi reconfigurado em 24 horas e suspendeu de Toulon na tarde de 28 de maio, acompanhado pela Fragata *Duquesne* e pelos NDD *Foudre* e *Ouragan*, aos quais posteriormente se juntará o Navio de Apoio Logístico (NApLog)²⁰ *Meuse*. A ala aérea embarcada empregou pela primeira vez os *Super-Étendard* modernizados. Esta FT fez o transporte dos reforços dos meios em terra da FORPRONU com os elementos do 2º Regimento Estrangeiro de Infantaria e da Força de Reação Rápida (operação *Hermine*). Os primeiros elementos foram transportados por helicóptero ao monte *Igman*, próximo a

²⁰ Em Francês *Pétrolier-Ravitailleur*.

Sarajevo, a partir do *Foudre*, com o *Ouragan* servindo de eventual plataforma de retirada para os helicópteros (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Em 13 de junho, uma companhia é desembarcada em Split. O restante do grupamento foi embarcado em Toulon, em NM fretados, entre 19 e 21 de junho, desembarcando em Ploce (Croácia) em 22 e 23 de junho, posteriormente reagrupando com os elementos precursores. Eles se juntaram à brigada multinacional desdobrada no Sul da Bósnia, para aplicação da resolução 998 do CSNU. Após os ataques aéreos e de artilharia da OTAN iniciados em 28 de agosto de 1995, os sérvios na Bósnia-Herzegovina finalmente cedem e aceitam iniciar o processo de negociação (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Assim temos com a chegada de Jacques Chirac ao governo a consolidação da postura mais assertiva em relação à proteção das tropas da FORPRONU, mas como visto anteriormente, sem uma reorientação radical quanto à postura política francesa em relação aos Bálcãs. No entanto, no que se refere ao emprego do Poder Naval, pode-se dizer que o incremento da presença naval na área do Adriático com a passagem para a operação *Balazard Noir*, reforçou a mensagem do envolvimento francês, bem como sua disposição de contribuir para a alteração do equilíbrio de forças no terreno, pelo apoio ao estabelecimento da FRR, e assim acelerar o estabelecimento de condições que tornasse possível a saída para uma solução negociada.

Segundo Coutau-Bégarie (2010), o caso iugoslavo era de difícil apreciação devido à sucessão de crises e os diversos interesses envolvidos, considerando o balanço geral negativo, uma vez que a intervenção se deu de forma tardia, devido a demora de em alinhar os interesses dos principais envolvidos, o que não ocorreu a contento, ocasionando problemas com relação às cadeias de comando e com as regras de engajamento de difícil execução, prejudicando a missão de proteção e de interposição entre as forças. Dentro desse contexto problemático, o instrumento naval dificilmente poderia influenciar no curso dos eventos em

terra. No entanto a contribuição francesa foi notável, graças ao engajamento regular do grupo aeronaval no estabelecimento do bloqueio naval efetivo e na interdição do espaço aéreo.

Portanto verificamos que, quando da tomada de consciência, ainda que tardia, da necessidade de intervenção da comunidade internacional, a França dispôs de seu Poder Naval, inicialmente com ações de presença e humanitárias. Posteriormente quando foi decidido o embargo à ex-Iugoslávia, iniciou a sua atuação sob a égide de organismos internacionais, priorizando a UEO, de forma a manter uma postura independente dos EUA. Essa demora em realizar a intervenção impossibilitou o posicionamento de forças para um emprego catalítico do Poder Naval na fase inicial da crise, quando a consecução dos objetivos seria mais fácil.

Quando ocorreu uma intensificação da postura coercitiva das forças internacionais fruto da reorientação da política externa para este conflito, os franceses enviaram mais meios navais e aeronavais para o Adriático para prover proteção ao contingente francês e apoiar a interdição do espaço aéreo sobre a Bósnia. Com o aumento dos ataques sérvios às posições protegidas pela ONU e a tomada de militares da FORPRONU como reféns, foi consolidada a reorientação ofensiva para o contingente francês com a intensificação da presença de meios navais, em apoio à implantação da FRR que, juntamente com os bombardeios da OTAN, foi decisiva para levar os sérvios à negociação.

Assim, apesar das ingerências do nível político que complicaram a viabilidade das operações em terra, verificou-se que a participação do poder naval francês, sobretudo através do engajamento do grupo aeronaval no estabelecimento do bloqueio e da interdição do espaço aéreo bósnio foram de fundamental importância para a efetividade do embargo e, conseqüentemente para a solução da crise.

Dessa forma, também observamos a evolução do emprego da força naval francesa, que, apesar da assimetria em relação às forças sérvias, possuía caráter limitado, devido à aplicação restrita à imposição das resoluções do CSNU.

Conforme a evolução do conflito, a força naval passou de uma postura essencialmente expressiva, através da presença de navios na área e a realização de ações humanitárias correspondentes aos objetivos de afirmação como potência global, até o início da participação nas operações para imposição dos embargos, quando acrescentou uma postura propositiva, à medida que participa de medidas coercitivas a fim de levar as partes beligerantes a um consenso. Cabe observar, no entanto que o aumento da intensidade da postura coercitiva estava voltada para a proteção dos contingentes contribuintes da FORPRONU, e não diretamente para as partes em conflito.

6. CONCLUSÃO

Como forma de ilustrar o emprego da Marinha em apoio à política externa de um Estado, resolvemos realizar o estudo da aplicação do Poder Naval francês na Guerra da Bósnia, entre 1991 e 1995, de forma a verificar de que maneira o seu emprego contribuiu para os objetivos da política externa francesa. Para tal, recorreremos à Diplomacia da Canhoneira, conforme definida pelo embaixador britânico James Cable como arcabouço teórico para apoiar as observações do fenômeno em estudo.

Dessa forma vimos que o emprego de uma força naval limitada, seja na sua composição, seja no escopo de sua missão, pode ser empregada em proveito dos objetivos da política externa de um Estado da forma definitiva, quando cria um fato consumado em que a parte que se quer influenciar somente poderá aquiescer ou escalar a crise; propositiva quando o emprego da força visa influenciar a parte alvo a adotar determinado curso de ação; catalítica, quando não há um objetivo definido, mas se presente uma oportunidade de emprego por forças pré-posicionadas; e expressiva, com o instrumento naval dando respaldo à determinada posição do Estado em sua política externa, lhe conferido credibilidade.

Posteriormente verificamos a dissolução da ex-Iugoslávia, que levou a região dos Balcãs a um estado de crise e à necessidade de intervenção internacional. Verificamos que a morte de Tito, cuja liderança era um fator de união do Estado, o fim da Guerra Fria, que demonstrou a inviabilidade do comunismo como sistema de governo, e a grave crise econômica pela qual o Estado passou, opondo as repúblicas de maioria não sérvia, desejosas de maior autonomia ao controle central de Belgrado, atuaram como catalisadores da ascensão do nacionalismo na agenda política das repúblicas.

À medida que as repúblicas iam se emancipando, as minorias sérvias que lá viviam, sob a alegação de que seriam perseguidas se rebelaram, declarando autonomia nas

regiões onde eram predominantes. Uma vez que o antigo exército iugoslavo era majoritariamente sérvio, grande parte dos efetivos e do material ficou nas mãos dos sérvios, proporcionando a estes uma vantagem inicial no conflito.

A situação começou a se alterar quando a RFI, querendo suspender o embargo internacional que penalizava sua economia, retirou o seu apoio aos sérvios das demais repúblicas da ex-Iugoslávia, e as questões territoriais entre bósnios e croatas foram então negociadas, com auxílio dos EUA, alterando o equilíbrio de forças da região. Após os bombardeios da OTAN em agosto de 1995, os sérvios retiraram sua artilharia pesada dos arredores de Sarajevo, e aceitaram a negociação, que foi desenvolvida em Dayton, nos EUA sendo os acordos concluídos em 21 de novembro, e assinados em 14 de novembro, em Paris.

Analisamos também a política externa da França no período, de forma a identificar os objetivos que nortearam o emprego do Poder Naval francês neste conflito. Verificamos que a posição da França foi uma resultante do desempenho das expressões de seu poder nacional, ressaltando a capacidade de dissuasão nuclear da expressão militar. No entanto verificamos que era necessário acrescentar à capacidade dissuasória os meios para influenciar em crises regionais e locais. Assim identificamos um primeiro objetivo da política externa francesa que é o de afirmação de seu estatuto como potência global, com capacidade de intervir em cenários afastados. Importante para a consecução desse objetivo era a participação em organizações internacionais.

Com o início da crise nos Bálcãs, a França, então sob a presidência de François Mitterrand, inicialmente possuía uma posição favorável à manutenção da integridade territorial, e uma grande preocupação com o destino das minorias e com as disputas que poderiam advir das declarações unilaterais de independência. Uma vez que foi constatada que a intervenção era inevitável, este envidou esforços para que esta fosse realizada por uma organização internacional, de forma a preservar a neutralidade da intervenção, a qual ficou a cargo da ONU. Desta maneira depreendemos mais um objetivo político francês, que vem a ser

o da neutralidade, do qual também deriva o da predominância da ação humanitária sobre a coerção. Esses objetivos conseqüentemente convergiam para a eliminação do foco de instabilidade no espaço de segurança europeu bem como da crise humanitária cada dia mais aparente na mídia.

Conforme a evolução do conflito, verificamos uma reorientação no sentido de intensificar a postura coercitiva, a fim de garantir o emprego efetivo das forças de paz, o qual foi intensificada no governo de Jacques Chirac, após a tomada de “capacetes azuis” como reféns, a partir de então autorizando uma postura mais ofensiva das tropas francesas na FORPRONU. Em seguida, buscou apoio para a implantação de uma Força de Reação Rápida dotada de meios de artilharia pesada, para proteção das tropas da ONU, a qual foi concretizada com a resolução 998 do CSNU. No entanto a solução definitiva só veio após Chirac ter convencido o presidente dos EUA a envolver-se no conflito, culminando com as negociações em Dayton e a assinatura dos acordos em Paris.

Chegamos então à descrição do emprego do Poder Naval pela França na Guerra da Bósnia, em que procuramos, por meio dos conceitos enunciados pela Diplomacia das Canhoneiras, relacioná-lo aos objetivos da política externa francesa neste conflito.

Dessa forma vimos que, assim que é percebida a necessidade de intervenção, é enviada uma força naval para a realização de ações humanitárias e de presença na área do Adriático, dando respaldo à atitude do governo francês, evidenciando uma forma expressiva de emprego do instrumento naval. No entanto a demora em se definir pela intervenção inviabiliza a ação catalítica da força naval nas fases iniciais do conflito.

À medida que a comunidade internacional se define pelo embargo à RFI, e que a crise na Bósnia se aprofunda, verificamos um incremento da intensidade da coerção e paralelamente, do caráter propositivo do poder naval.

Assim temos um incremento da presença naval francesa no Adriático, participando do bloqueio à Sérvia, como parte da Força Naval da UEO, posteriormente

integrada à OTAN, bem como operando sob sua própria bandeira para proteção do contingente francês na FORPRONU, apoiando o embargo e a interdição do espaço aéreo bósnio, portanto de caráter limitado, uma vez que a força empregada estava restrita ao necessário à imposição das resoluções do CSNU. Desta forma destaca-se a contribuição do grupo aeronaval francês para a efetividade do bloqueio naval, o qual contribuiu para levar as partes à negociação.

Portanto vimos que, apesar das hesitações e divergências que contribuíram para o agravamento da crise e dificultaram o cumprimento da missão das tropas no terreno, podemos concluir que o emprego do Poder Naval pela França na Guerra da Bósnia, de 1991 à 1995, contribuiu para os objetivos da sua política externa, uma vez que o emprego do instrumento naval limitado realizando ações de presença, humanitárias, participando de operações de bloqueio e interdição aérea, e apoiando as tropas da FORPRONU, no âmbito das organizações internacionais, expressaram um sinal coerente com os objetivos de afirmação da França como potência mundial, de neutralidade em relação às partes em conflito na Bósnia, de predominância das ações humanitárias e soluções negociadas, portanto, um emprego expressivo da força, ao qual foi acrescido um emprego propositivo da força, a medida que era necessário intensificar a postura coercitiva a fim de assegurar a continuidade das ações humanitárias e induzir as partes beligerantes à negociação, dando início ao processo de estabilização do espaço de segurança europeu, e, conseqüentemente, de alívio da crise humanitária associada ao conflito.

REFERÊNCIAS

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Le meilleur des ambassadeurs**: théorie et pratique de la diplomatie navale. Paris: Economica, 2010. 383 p. (Bibliothèque Stratégique). ISBN 9782717856828.

BOOTH, K.; WOLBERG, Isaac. **Las armadas y la política exterior**. Buenos Aires: Institute de Publicaciones Navales,, c1980. 391 p (Coleccion relaciones internacionales ; 7 ;)

CABLE, James. **Gunboat diplomacy 1919-1979**: political applications of limited naval force. London: The Macmillan, c1981. 288 p. ISBN 0333304284 : (enc.)

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A guerra da Iugoslavia**: uma década de crises nos Balcãs. São Paulo: Usina do Livro, 2003. 344p. ISBN 8588964058.

ALVES, J. A. Lindgren. **Os novos Balcãs**. Brasília: FUNAG, 2013. 161p. (Em poucas palavras). ISBN 9788576314783 (Broch.).

MELLO, Cecília Antakly, BERCOVICI Gilberto. **Bósnia-Herzegovina: Uma Análise Geopolítica**, Revista USP, São Paulo. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67249/69859>. Acesso em 6 jul. 2018

INSTITUTE FRANÇOIS MITTERRAND. **1990-1995 : Un monde nouveau**, Paris, [2005?], Disponível em <http://www.mitterrand.org/1990-1995-Un-monde-nouveau.html>. Acesso em 01 jun. 2018.

SOUTET, Jean-François, **France en Bosnie (1992-1995). Il y a vingt ans... L'exceptionnelle implication de la France dans le conflit bosniaque**, disponível em <https://www.diploweb.com/France-en-Bosnie-1992-1995-II-y-a.html>. Acessado em 14 jul. 2018

REULLIARD. **Balkans un jour, Balkans toujours**, Paris, Cols Bleus, nº 2243, 8 de janeiro de 1994.

ANEXO A – Distribuição das Nacionalidades pelas Repúblicas e Províncias da ex-Iugoslávia

República	Senso de 1971	Senso de 1991
Sérvia	Sérvios – 72% Albaneses – 9,2% Húngaros – 5,8%	Sérvios – 87,3% Muçulmanos – 3% Albaneses – 1,3%
Croácia	Croatas – 79,4% Sérvios – 14,2%	Croatas – 77,9% Sérvios – 12,2%
Bósnia Herzegovina	Muçulmanos – 39,6% Sérvios – 37,2% Croatas – 20,6%	Muçulmanos – 43,7% Sérvios – 31,4% Croatas – 17,3%
Macedônia	Macedônios – 69,5% Albaneses – 17,2% Turcos – 6,6%	Macedônios – 64,6% Albaneses – 21% % Turcos – 4,8%
Eslovênia	Eslovenos – 94%	Eslovenos – 87,6%
Montenegro	Montenegrinos – 67,2% Muçulmanos – 13,3%	Montenegrinos – 61,8% Muçulmanos – 14,6%
Vojvodna	Sérvios – 55,8% Húngaros – 21,7%	Sérvios – 57,3% Húngaros – 16,9%
Kosovo	Albaneses – 73,8% Sérvios – 18,4%	Albaneses – 82,2% Sérvios – 10%

Fonte: Aguilar (2003)

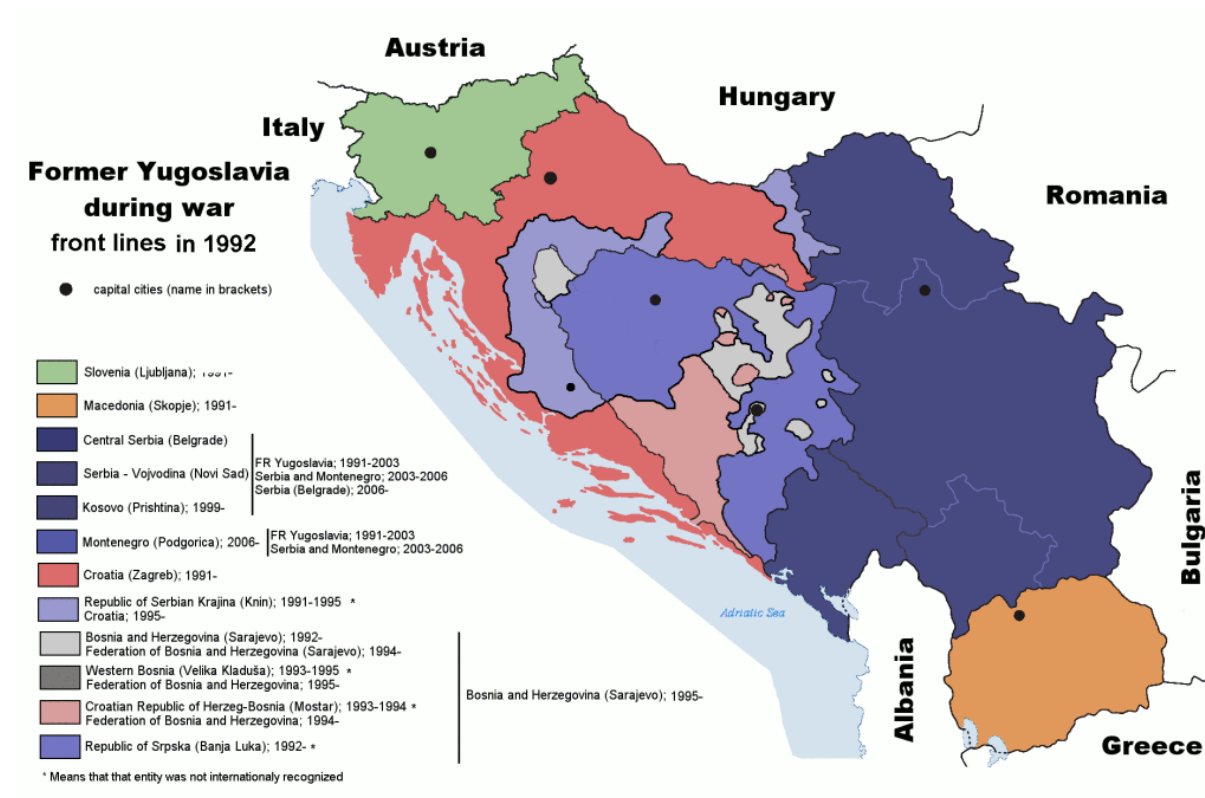
ANEXO B - Mapas das Repúblicas da ex-Iugoslávia

Figura 1 – Mapa das Repúblicas da ex-Iugoslávia



Disponível em: <http://novospaises.blogspot.com/2010/05/historia-da-iugoslavia.html>. Acesso em 12 jul. 2018.

Figura 2 – Mapa da Situação do Conflito



Disponível em: <https://www.resumoescolar.com.br/geografia/resumo-sobre-iugoslavia/>. Acesso em 12 jul. 2018.